

## Novas regras para licenciamento ambiental ajudarão a acelerar obras de rodovias

*O pacote do governo que visa diminuir a demora na aprovação de investimentos, reduzirá custos e prazos para a obtenção das licenças, beneficiando diretamente setores como o de pavimentação e infraestrutura viária e rodoviária, mercado abrangido pela Brazil Road Expo.*

Para lidar com a demanda crescente por licenciamento ambiental de empreendimentos de infraestrutura no país, o governo federal publicou no último dia 28 de outubro um pacote que reduz prazos para a autorização de obras e também os custos para compensar danos e impactos no meio ambiente e nas populações atingidas. Entre as mudanças, que abrangem áreas como rodovias, petróleo e gás, portos e linhas de transmissão, estão o tratamento diferenciado aos projetos de acordo com o potencial de impacto ambiental e critérios mais claros para a definição de obras de alto e baixo impacto no meio ambiente.

A medida tem papel importante nas demandas de ampliação e melhoria da malha rodoviária do país, que responde por pelo menos 65% do transporte de carga no Brasil. “Esse pacote, somado à normalização dos contratos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), garantirão que 2012 terá um forte ritmo de retomada”, explica o engenheiro Guilherme Ramos, diretor da Quartier Feiras, empresa organizadora da Brazil Road Expo. Composto de feira e congresso, o evento acontecerá de 02 a 04 de Abril de 2012 em São Paulo, reunindo todo o segmento de tecnologia em pavimentação e infraestrutura viária e rodoviária.

O governo trabalha com a multiplicação dos pedidos de licença. Nos próximos dez anos, a previsão é que será necessário licenciar 16.419 km de rodovias, 23.140 km de ferrovias, mais 31,5 mil megawatts de energia gerados por novas hidrelétricas e 32.450 quilômetros (km) de linhas de transmissão, além de investimentos de R\$ 1,4 bilhão em portos e o aumento da produção de 3,3 milhões de barris de petróleo.

Segundo o instituto, as demandas por licenças cresceram cerca de 700% nos últimos dez anos e atualmente há 1.829 processos esperando o licenciamento ambiental. Em 2011 foram emitidas 414 licenças ambientais.

As rodovias federais e outras obras que não têm licença ambiental porque foram implementadas antes da atual legislação ambiental deverão ser regularizadas em um prazo de até 20 anos. O cronograma dará prioridade às estradas de maior tráfego ou as que oferecem mais riscos de acidentes. As obras feitas dentro da faixa de domínio de rodovias que já possuem licença de operação não vão precisar de um novo licenciamento, apenas comunicação ao Ibama.

Outra mudança estabelecida pelas portarias publicadas está o prazo de 90 dias para que órgãos como a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a Fundação Palmares e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) se manifestem sobre estudos de impacto ambiental de obras em licenciamento do Ibama. Atualmente, não há prazo definido para que esses órgãos se manifestem.

Em alguns casos, o prazo de concessão de licenças poderá ser reduzido à metade, avaliou a ministra Izabella Teixeira. Haverá tratamento diferenciado para obras com menor impacto

ambiental. Um exemplo: o licenciamento de uma linha de transmissão que acompanha as margens de uma rodovia dispensará estudos de impacto ambiental.

De acordo com o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Curt Trennepohl, as medidas foram tomadas para garantir maior segurança jurídica na análise dos processos e atender ao dinamismo do crescimento brasileiro. "Estamos trazendo o Ibama para a celeridade necessária sem perder a qualidade nos estudos e licenças".

Os procedimentos definidos em portarias também exigirão mais qualidade dos estudos ambientais apresentados pelos empreendedores. O Ibama só poderá pedir uma única vez o complemento de informações do empreendedor. Da mesma forma, os interessados em licenças deverão apresentar explicações de uma única vez.

"Se os estudos forem mal feitos, o Ibama negará a licença, e o pedido irá para o arquivo. Vamos acabar com a história de que a licença não sai por falha do Ibama", disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

*Com informações da Agência Estado e da Agência Brasil*